

Repensando o marxismo

DUARTE PEREIRA

São Paulo: Anita Garibaldi, 2016, 115p.

*Danilo Enrico Martuscelli**

O livro *Repensando o marxismo*, de Duarte Pereira, reúne nove ensaios e um prefácio de Haroldo Lima. A maioria dos capítulos desta obra foi elaborada na conjuntura do início dos anos 2000 – exceções são uma entrevista concedida por Pereira em 1991, contexto imediato de crise do socialismo internacional e de ofensiva neoliberal, e uma resenha crítica da obra de Engels publicada em 2008, data que coincide com o surgimento de uma nova grande crise do capitalismo mundial.

Entre uma crise e outra, Pereira enfrentou com rigor científico e espírito crítico questões de grande envergadura teórica e política. Entre os temas que perpassam o conjunto de reflexões deste livro: a análise marxista das classes sociais e suas consequências para a análise do capitalismo e para o balanço crítico das experiências socialistas (ver capítulos: “O marxismo e o proletariado”, “Uma nova classe trabalhadora”, “Com os operários à frente” e “Das classes à luta de classes”); os estudos de Lenin sobre Hegel e suas implicações para o debate sobre “marxismo soviético” e “marxismo ocidental” (“Lênin e a dialética hegeliana”); os desafios da construção do socialismo no século XX e no novo contexto de reestruturação capitalista (“A crise do socialismo, a reestruturação do capitalismo e os novos desafios dos trabalhadores”, “O marxismo e o proletariado”, “Com os operários à

* Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul-Chapecó. E-mail: daniloenrico@gmail.com.

frente” e “Mao e o socialismo”); os problemas enfrentados pelo “socialismo com características chinesas” (“Seis observações sobre a China” e “Mao e o socialismo”); e as polêmicas envolvendo a história do Tibete (“A polêmica no Tibete”).

Seria inviável arrolar o conteúdo de cada um dos nove capítulos do livro. No fundamental, a proposta de Duarte Pereira de repensar o marxismo está profundamente articulada à elaboração de um balanço crítico dos aspectos positivos e negativos das experiências socialistas do século XX.

“Cadê o socialismo?”: este é o título e o enredo da música citada na epígrafe do livro. Esta canção faz alusão ao difícil processo de construção do socialismo e está em plena sintonia com a perspectiva geral do livro. Para o autor, muitos intelectuais, dirigentes e militantes socialistas subestimaram a natureza complexa e demorada do processo revolucionário, o que resultou, em parte, na adoção de uma visão tecnocrática de socialismo, que concebe a vanguarda política como substituta ou porta-voz autodeclarada da classe operária e dos trabalhadores em geral.

Quais seriam as características centrais dessa visão tecnocrática de socialismo? Nela estariam amalgamadas a defesa de uma visão simultaneamente dogmática, positivista e determinista da história, o que implicaria conceber o planejamento da construção do socialismo como um processo sem contradições e polêmicas (leitura autoritária do marxismo), o socialismo como algo inevitável (fatalismo histórico) e o Partido Comunista como saber absoluto e sujeito da revolução. Contra tal visão, Pereira aponta para a necessidade de conceber o socialismo como uma construção científica que se apresente como crítica do dogmatismo, do positivismo e do determinismo e se desenvolva a partir do envolvimento consciente dos trabalhadores. Não é casual, portanto, que, em suas reflexões, apareça a reivindicação do socialismo como algo indissociável da democracia e a concepção do regime democrático-socialista como pluralista restrito às forças socialistas e, portanto, antiburguês.

Pereira destaca também a importância de compreender o socialismo como uma “necessidade histórica”, não no sentido de uma fatalidade histórica, mas na perspectiva de lutar por uma saída progressista do capitalismo. Retomando as análises de Marx e Engels no *Manifesto comunista*, ele salienta o caráter histórico do capitalismo, ou seja, sendo marcado por contradições internas, o capitalismo não poderia ser caracterizado como algo eterno e abriria, assim, duas saídas possíveis: socialismo (via progressista, “revolução da maioria” que engloba a direção da classe operária em aliança com outros segmentos dos trabalhadores) ou barbárie (via retrógrada, destruição mútua das classes em disputa).

Atento ao fato de que os grandes movimentos da história sempre combinaram espontaneísmo com consciência, Pereira enfatiza a necessidade de superar tanto a visão tecnocrática do socialismo, que teria caracterizado o “marxismo soviético”, quanto o “marxismo ocidental”, que, em linhas gerais, teria sido marcado por profundo ecletismo e pelo afastamento da prática política, tendo assim reduzida ou nula capacidade de influir nos processos de transformação socialista. Como sintetiza em uma das passagens do livro: “O desafio é combater o dogmatismo

sem resvalar no ecletismo, opor-se ao revolucionarismo voluntarista sem cair na acomodação reformista, renovar o projeto socialista preservando seus traços constitutivos” (p.47). Sua análise é crítica tanto ao culto do espontaneísmo quanto ao culto do papel dos intelectuais, em particular dos trabalhadores assalariados intelectuais: “A solução não é buscar ilusoriamente uma nova classe para substituir a classe operária, mas redobrar os esforços para ajudá-la a cumprir seu papel intransferível” (p.72).

Esse papel intransferível reservado à classe operária é o de realizar a revolução socialista. Como observa Pereira, a classe operária não é naturalmente nem reformista, nem revolucionária. Ocorre que a sua emancipação como classe implica a socialização da propriedade e dos meios de produção fundamentais. Trata-se de uma “classe antiburguesa” que pode dirigir uma revolução social, já que “não necessita [...] ser majoritária para ser hegemônica” (p.70). Portanto, mesmo a redução absoluta e relativa da classe operária não inviabilizaria a possibilidade de construção do socialismo.

Não poderíamos encerrar este texto sem empreender duas críticas à obra analisada:

A republicação da resenha do livro do Engels (presente no capítulo “Uma nova classe trabalhadora”) e o roteiro da palestra sobre a China (“Seis observações sobre a China”) poderiam ter ficado de fora da publicação, pois são textos que discrepam em relação aos demais capítulos em termos de tamanho (textos de duas páginas cada um) e de desenvolvimento da análise (constam apenas indicações muito sumárias sobre questões muito polêmicas que mereceriam maior aprofundamento). É de se indagar também os motivos que levaram Pereira a não republicar o pequeno ensaio “Etapas e etapismo”, texto no qual ele polemiza com as análises que tratam o etapismo como algo pejorativo em si.

Pereira caracteriza a análise das classes sociais de inspiração althusseriana como “outra modalidade de positivismo” por ser simultaneamente: objetivista, eclética e determinista. A base do equívoco dessa interpretação de Pereira está na confusão entre anti-humanismo teórico (posição adotada pela corrente althusseriana) e crítica ao humanismo em geral. Só uma visão equívoca acerca do althusserianismo poderia chegar à conclusão de que essa tradição teria negado a subjetividade. O que dizer da teoria althusseriana da ideologia? E sobre a distinção entre sujeito da história e sujeito na história no livro *Resposta a John Lewis?* Sobre o suposto ecletismo, o que dizer da tese defendida pelo grupo althusseriano em *Ler “O capital”* acerca da teoria regional do econômico no modo de produção capitalista? E sobre o conceito de corte epistemológico? No que se refere ao determinismo, o que dizer do conceito de sobredeterminação em *Por Marx?* E da ideia de causalidade metonímica? Enfim, essas são perguntas cujas respostas não encontramos no livro.

Por fim, é preciso reconhecer que Pereira teve o mérito de repensar o marxismo à luz da luta pelo socialismo, perspectiva abandonada por certo marxismo academicista ou obstada pelos filósofos da ontonegatividade da política.